

LEI ORDINÁRIA Nº 851

de 20 de julho de 2011

Cria o Hospital Municipal de Chapadão do Sul, e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais. Faz saber a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º..

Fica criado o Hospital Municipal de Chapadão do Sul, como unidade de assistência hospitalar e ambulatorial.

1º

As atividades do Hospital Municipal poderão ser desenvolvidas por meio de um modelo descentralizado de gestão administrativa, a ser celebrados através de contrato de gestão, com entidades públicas ou privadas.

2º

As entidades privadas que desejarem participar da descentralização da gestão administrativa do Hospital Municipal, deverão ser reconhecidas e estarem cadastradas como Organizações Sociais (OS) definidas na legislação municipal.

Art. 2º..

Fica criado o Conselho Hospitalar Municipal, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento hospitalar, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 3º..

O Conselho Hospitalar Municipal será composto por 08 membros, na seguinte conformidade:

I.

04 (quatro) representantes do poder público, a seguir especificados:

a).

01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

b).

01 (um) representante do Executivo Municipal;

c).

01 (um) representante do corpo clínico do Hospital Municipal;

d).

01 (um) representante dos funcionários do Hospital Municipal;

II.

04 (quatro) representantes de entidades não-governamentais ligadas à saúde pública, indicados pelo Executivo Municipal, e aprovado pelo Legislativo Municipal.

1º

Os Conselheiros representantes das secretarias serão designados pelo Prefeito, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito da respectiva secretaria.

2º

Os representantes de organizações da sociedade civil serão indicados pelas entidades ligadas a saúde pública, com sede no Município, para escolha e nomeação pelo Prefeito Municipal.

3º

A designação de membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

4º

Os conselheiros representantes da sociedade civil e respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se apenas uma única recondução.

5º

A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

6º

A nomeação e posse dos membros do Conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecidos os critérios de escolha previstos nesta Lei.

Art. 4º..

O Executivo Municipal, por meio de Decreto, regulamentará a competência e funcionamento do Conselho Hospitalar Municipal.

Art. 5º..

Fica o Executivo Municipal autorizado a reaver da Associação Hospitalar Chapadão do Sul, o bem imóvel e bens moveis cedidos, bem como retomar os servidores cedidos para prestação de serviços médicos hospitalares.

Art. 6º..

Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir e criar novas dotações orçamentárias, ou suplementar a existentes para execução da presente Lei.

Art. 7º..

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o artigo 7º da Lei Municipal nº 820, de 28 de dezembro de 2010 e a Lei Municipal nº 403, de 07 de março de 2002.

Chapadão do Sul, 20 de julho de 2011.

Lei Ordinária Nº 851/2011 - 20 de julho de 2011

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em